

## EDUCAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE: AMPLIANDO OS OLHARES NO CURSO DE PEDAGOGIA DA UNIVALI E NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Yára Christina Cesário Pereira<sup>1</sup>  
Ana Luiza Máximo Ramos<sup>2</sup>  
Rita Bastos<sup>3</sup>

**RESUMO:** Apresentamos o relato de uma experiência sistematizada na disciplina de Estágio Supervisionado: Pesquisa da Prática Pedagógica do 7º período do Curso de Pedagogia da Universidade do Vale do Itajaí – Univali (Itajaí, SC) e experienciada na Educação de Jovens e Adultos, cujo objetivo central foi de elaborar estratégias de aprendizagem que contemplassem a legislação educacional sobre a educação ambiental na graduação e a concepção de ambientalização curricular que difundida, pode vir a ser uma força atuante na reforma das matrizes curriculares dos cursos de formação inicial de professores. As palestras e oficinas desenvolvidas possibilitaram a inserção das problemáticas socioambientais numa perspectiva interdisciplinar e exigiram um esforço individual/ coletivo e solidário na apropriação de uma base conceitual e no desenvolvimento do pensamento argumentativo, tanto em relação a temática quanto a necessidade de conhecer e articular ações, políticas e programas de educação socioambiental em todos os níveis e modalidade de ensino. Subsidiar os(as) acadêmicos(as) com recursos conceituais e práticos é um dos caminhos para a efetivação da incorporação da dimensão ambiental em diferentes espaços educadores tendo em vista a formação da cidadania planetária.

**PALAVRAS-CHAVE:** Estágio Supervisionado. Educação de Jovens e Adultos. Ambientalização Curricular. Curso de Pedagogia.

---

<sup>1</sup> Professora dos Cursos de Pedagogia - Núcleo das Licenciaturas da Univali; Ciências Biológicas e Engenharia Civil. Pós-doutora em Educação Ambiental (FURG), doutorado em Educação – Ensino de Ciências Naturais (UFSC) e mestre em Educação – Educação e Ciência (UFSC). Membro do Grupo de Pesquisa Educação Estudos Ambientais e Sociedade – GEEAS e Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Superior - GEPEs/Univali, cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq. E-mail: [yara@univali.br](mailto:yara@univali.br)

<sup>2</sup> Professora do Curso de Pedagogia da Univali. Possui Graduação em Pedagogia pela Fundação de Ensino do Pólo Geo-educacional do Vale do Itajaí e mestrado em Educação pela Universidade Federal do Paraná. Tem experiência na área da Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: educação infantil, formação docente, currículo, leitura e prática pedagógicas.

<sup>3</sup> Professora do Curso de Pedagogia - Núcleo das Licenciaturas da Univali. Possui Graduação em Pedagogia pela Universidade do Vale do Itajaí (1978) , especialização em Administração Escolar pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (1986) e mestrado em Mestrado Em Educação pela Universidade do Vale do Itajaí (2005) . Tem experiência na área de Educação. Atuando principalmente nos seguintes temas: Formação de professores, histórico-cultural, produções científicas.

## 1 Introdução

O Estágio Supervisionado é uma das formas de integração entre a aprendizagem acadêmica e a experiência prática e contrapartidas indispensáveis à formação profissional que representam uma valiosa oportunidade de aproximação do estagiário-professor com a instituição de ensino ligada a sua área de formação. Por outro lado, o estágio oferece à instituição de ensino que recebe o estagiário-professor, a oportunidade de compreender o potencial dos futuros profissionais que a Univali está formando. (Regulamento do Estágio Obrigatório, Anexo da Resolução n. 148/CONSUN-CaEn/2012, p.4). Tem por finalidade assegurar aos futuros professores, experiências de exercício profissional, em ambientes escolares e não escolares e em outros contextos educacionais, que promovam o desenvolvimento de atitudes, habilidades e conhecimentos (IBIDEM, art 4º, p,7). Nesse sentido, o estágio supervisionado é uma atividade teórico-prática de fundamentação e apropriação de conhecimentos pedagógico e técnico, ou seja, de desenvolvimento da capacidade cognitiva<sup>4</sup> do(a) acadêmico(a) durante o processo de sua formação inicial.

Ainda de acordo com o regulamento em referência, o estágio supervisionado obrigatório tem por objetivos, oferecer ao acadêmico de Pedagogia um espaço de conhecimento real da docência em suas diferentes dimensões; contribuir efetivamente para a formação da identidade do educador, como continuidade da formação iniciada na Prática Docente; promover projetos de intervenção para a melhoria do ensino, tendo em vista a observação dos espaços educativos; oportunizar a integração de conhecimentos, através de atividades de pesquisa e extensão, possibilitando a reflexão crítica sobre os conhecimentos técnicos, científicos e pedagógicos que compõem o currículo da Educação Básica; demonstrar domínio do conhecimento na área, através da socialização das atividades ao final do curso, mediante apresentação pública do Relatório de Estágios (art.7, p.9).

Em relação ao exercício da docência, o art. 6º - § 3º explicita que a intervenção no 7º período deverá ocorrer na Educação de Jovens e Adultos e as ações relativas à esta área poderão abranger também projetos realizados em instituições públicas ou privadas que atendam à maior idade, às ONG's e às OCIP's, desde que sua finalidade

---

<sup>4</sup> Capacidades cognitivas são as que nos permitem lidar com o objeto do conhecimento. Exigem o desenvolvimento de síntese e análise no processo de categorizar e analisar as informações vinculadas (neste caso) à formação do sujeito da docência.

seja de ampliação do campo de atuação do pedagogo em ambientes não escolares, sobretudo, não se restringindo à alfabetização de jovens e adultos (2012, p. 9-10).

Ao nos referirmos a Educação de Jovens e Adultos (EJA), vale ressaltar, que a complexidade do cenário multicultural em que se insere a escola na contemporaneidade reflete no trabalho pedagógico e leva à discussão de projetos político pedagógicos que investem nas mudanças de práticas, repensando as lutas e conquistas [...] dos grupos minoritários que chegam à escola no processo de inclusão (MOREIRA; CANDAU, 2008).

Sobre os atores sociais excluídos do processo escolarizado formal (para Santomé, 1998, vozes ausentes da sociedade), Brunel (2004) e Carrano (2007) mostram que a distância social, cultural e econômica em que vivem os jovens e adultos interferem em seu percurso escolar dificultando tanto o processo cognitivo quanto o sociocultural, principalmente dos jovens que vivem em descompasso com a escola, daí as descontinuidades e rupturas na trajetória escolar. Para estes atores o planejamento de um projeto de educação deve estar comprometido com o desenvolvimento das capacidades e atitudes dos alunos que lhes possibilite ver, contextualizar e agir na realidade para modificá-la ou para se modificar, enquanto cidadão é fundamental.

Partindo desses pressupostos, é preciso trabalhar com os alunos de EJA (foco da intervenção do 7º período do curso de Pedagogia da Univali) conteúdos/temas que tenham significação e relevância social e que desenvolvam a capacidade de estabelecer relações entre as informações que recebem e trazem e entre os conhecimentos que vão adquirindo e reconstruindo, mediante o uso intensivo das múltiplas formas de informação potencialmente portadoras de conhecimento ao tratar de romper a brecha entre a escola e a vida – e entre a cultura e os sentidos que circulam entre um e outro cenário - cada vez mais profunda e intransponível. Nesse sentido - a função da escola será a de construir competências relacionadas à seleção e ordenação de dados e percepções do lugar; na associação e relação entre as informações e conhecimentos, na organização das sínteses. E, deve transformar a experiência de vida em experiência cultural (CARBONELL, 2002, p.65-66). De acordo com o pensamento de freireano é a necessidade de se produzir novos esquemas mentais para ler o mundo e construir

novos pactos sociais e educativos. Um desafio complexo para acadêmicos(as) e professores(as) orientadores(as) de estágio supervisionado - dialogar com os novos atores de EJA que em muitas instâncias vivem o aqui e agora sem se perceber sujeitos da escola.

Uma dessas possibilidades de diálogo é a inserção das discussões sobre a educação para a sustentabilidade a partir de temáticas que desvelem a relação entre sociedade, educação e problemáticas socioambientais.

O relatório da Avaliação Ecosistêmica do Milênio (MILLENNIUM ECOSYSTEM ASSESSMENT, 2005), realizada pela ONU e coordenada pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) apresenta a situação crítica da degradação ambiental mundial referendando a urgência da reforma do pensamento como possibilidade de mudança de atitudes frente às problemáticas socioambientais em âmbito local e global. Em se tratando das **universidades**, a Declaração Mundial sobre a Educação Superior da Unesco (1998) (apud GOERGEN, 2010, p. 25), dimensiona a responsabilidade social destas, com a formação cidadã de seus alunos e com tudo o que isso implica. A pertinência da educação superior deve ser avaliada em função da adequação entre o que a sociedade espera das instituições e o que estas fazem. Isso requer normas, ética, imparcialidade política, capacidade crítica e, ao mesmo tempo, uma efetiva articulação com os problemas da sociedade e do mundo do trabalho, fundando as orientações de longo prazo em objetivos e necessidades sociais, referenciados ao respeito pelas culturas e proteção do meio ambiente (1998, art. 6 a).

Para Goergen (2010), a expressão “articulação com os problemas sociais” parece oferecer boas pistas para uma definição mais apropriada da relação entre universidade e sociedade. Articular não significa apenas servir e o termo problema sugere que a sociedade é um mundo complexo, contraditório, ambivalente e em permanente construção (p.26).

E, se a educação é um dos desafios mais importantes da humanidade para o século XXI (UNESCO, 1999), a inserção das questões ambientais no processo de formação inicial de professores constitui um desafio inerente e inadiável.

2 Sustentabilidade socioambiental no contexto do Estágio Supervisionado do curso de Pedagogia da Univali

No Brasil, a abordagem ambiental é considerada, desde os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997a; BRASIL, 1997b), como transversal no processo educativo da educação básica, porém no plano da ação isto não tem sido verificado. Ousamos dizer, que o Ensino Superior tal situação também não constitui exceção. Ou, a transversalidade está subentendida na composição das matrizes curriculares de alguns cursos ou a abordagem ambiental é restrita a uma única disciplina presa ao olhar da racionalidade fragmentada.

Goergen (2010, p. 28-29), ressalta, no entanto, que é preciso reconhecer que, de um lado, a divisão do conhecimento em disciplinas trouxe bons resultados em termos de dissecação e de domínio do real e que esta não poderá ser de todo abandonada num mundo em que o volume de conhecimento aumento tanto que só é acessível por partes. De outro lado, não se pode perder também de vista que a especialização implica em perdas de sentidos, pois as disciplinas são conjuntos de ideais e conhecimento (recorte da realidade) que não levam em conta a natureza complexa da realidade. Assim sendo, a universidade necessita promover novas competências como a capacidade de inovar, cooperar, dialogar, comunicar-se, pensar intercultural e transdisciplinarmente. Recoloca-se, então, sob novas dimensões, a relação entre a formação e o trabalho e entre o trabalho e a vida (p.29).

A visão e a ação projetivas socioambientais na universidade no âmbito da ambientalização do meio/estrutura físico, da gestão e do currículo potencializando a integração das atividades de pesquisa, ensino (abordagem inter e/ou transdisciplinar) e extensão, parece ser, condição *sine qua non* para a inserção das questões socioambientais no contexto do ensino superior, entendido aqui enquanto espaço educador comprometido com o desenvolvimento da sociedade como um todo e com o ser humano integral.

A Educação Ambiental (EA) desde a Constituição Federal de 1988 se tornou uma exigência legal (Artigo 225, § 1º, inciso IV) e sua promoção é apontada como obrigatoriedade legal (de responsabilidade de todos os setores da sociedade, do

ensino formal e informal), retificada na Lei nº 9.795/99. Em seu artigo 2º, a Lei que institui a Política Nacional de Educação Ambiental - PNEA dispõe que: “A Educação Ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal”. Esta diretriz reforça a necessidade de ambientalizar os sistemas de ensino no país, uma vez que estes têm obrigação legal de promover, oficialmente, a prática da EA. Esta mesma lei veda a inclusão da EA como disciplina específica do currículo da Educação Básica, mas opcional nas universidades.

Para Morin (2002), “não se pode reformar a instituição sem uma prévia reforma das mentes, mas não se podem reformar as mentes sem uma prévia reforma das instituições” (p. 99). Ressalta, o autor em referência, que é preciso começar de alguma forma, até que “a ideia é disseminada e, quando se difunde, torna-se uma força atuante” (MORIN, 2002, p. 101). A reforma curricular pode vir a ser, ponto de partida e de chegada, através da qual serão potencializadas as mudanças institucionais que possibilitarão a sua implementação, num movimento de retroalimentação positiva.

No cenário nacional a definição de políticas públicas se deu a partir da Política Nacional par a Educação Ambiental - PNEA (Lei 9.795/99) e a partir desta, as revisões curriculares (pedagógicas) e institucionais (administrativas, gerenciais) são necessárias para a implementação do que foi previsto no marco legal. Em 2004, as diferentes dimensões da sustentabilidade foram incorporadas como eixo e a sustentabilidade socioambiental como uma das Diretrizes do Programa Nacional de Educação Ambiental - ProNEA (BRASIL, MMA, 2005). Com isso, a institucionalização ou “enraizamento” da Educação Ambiental, no país, foi mais rápido e evidente na Educação Básica e nos movimentos sociais, mas a universidade foi o último *locus* para sua institucionalização.

O Plano Nacional de Educação - PNE 2011-2020<sup>5</sup> prevê como uma das suas diretrizes a “promoção da sustentabilidade socioambiental (item VI)” que, embora precise ser melhor qualificada, sugere, dentre outras ações: a) “Incentivar as escolas

a tornarem-se espaços educadores sustentáveis” e “inserção da sustentabilidade socioambiental na gestão, na organização curricular, na formação de professores, nos materiais didáticos e no fomento da cidadania”; b) o trato desse campo de conhecimento como uma prática educativa integrada, contínua e permanente, nos termos da Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, a partir de uma visão sistêmica e por meio de ações, projetos e programas que promovam junto a comunidade escolar a implementação de espaços educadores sustentáveis; c) Garantir a oferta da educação ambiental como disciplina ou atividade curricular obrigatória, nos termos do art. 10 da Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, de forma a promover o enfrentamento dos desafios socioambientais contemporâneos. (BRASIL, Projeto de Lei nº 8.035/10<sup>6</sup>). O Ministério da Educação também encaminhou ao Conselho Nacional de Educação uma proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (DCNEA), elaborada pela Coordenação-Geral de Educação Ambiental da Secad/MEC, com contribuições de interlocutores e parceiros dos sistemas de ensino, das redes de educação ambiental, universidades e sociedade civil.

Pode-se dizer então, que educar socioambientalmente os sujeitos requer o envolvimento de um conjunto de atores sociais e de formas de organização que contemplem ações alternativas ao modelo de organização social capitalista e ao modelo hegemônico de desenvolvimento, com ênfase na sustentabilidade socioambiental e isso exige um processo de “reforma do pensamento” de todos os envolvidos no processo, tanto dos tomadores de decisão – que decidem se e quais as mudanças ocorrerão –, quanto dos professores – que deverão se apropriar de novas práticas educativas.

Sobre isso, Marcomin e Silva (2010) e Silva e Marcomin (2007), destacam que, em face de suas funções de ensino, pesquisa e extensão, a universidade tem a responsabilidade de: a) intervir e participar ativamente de um movimento de reflexão-ação, em que a EA seja um compromisso inalienável desta; b) intervir e participar na formação de profissionais e cidadãos para atuarem dentro de uma

---

<sup>6</sup> Projeto de Lei nº 8.035/10, em tramitação na Câmara dos Deputados e em discussão em consulta pública nacional.

perspectiva de melhoria da qualidade de vida; c) propiciar a criação de espaços que permitam a ambientalização curricular com a estimulação de processos educacionais voltados à questão ambiental em diversos graus de ensino e aprendizagem e, por isso mesmo, não pode ficar de fora do debate sobre o a sustentabilidade, especialmente pela sua corresponsabilidade na formação de profissionais e na produção científica e tecnológica, integrando ensino, pesquisa, extensão e gestão.

Copello-Levy (2004, 2006), em concordância com o pensamento de Sanmarti e Pujol (2002), a ambientalização dos espaços formais de educação “compromete-a em sua totalidade, sua organização, seu funcionamento, assim como compromete a cada um de seus membros individualmente” e “afeta o currículo explícito e também o currículo oculto. Fundamenta o pensamento divergente, na criatividade, na procura de novas formas de trabalho coletivo que superem rotinas acríticas” (COPELLOLEVY, 2004, p. 114).

Esse compromisso foi aceito pelas protagonistas (professoras e acadêmicas) da disciplina Estágio Supervisionado: Pesquisa da Prática Pedagógica do 7º período do Curso de Pedagogia da Universidade do Vale do Itajaí (Campus Itajaí) - UNIVALI em 2013.1: inserir a sustentabilidade socioambiental no processo de formação inicial de professores tendo em vista a construção de um currículo ambientalizado por meio da aplicação de estratégias de aprendizagem que viabilizam a discussão sobre problemáticas socioambientais que afligem o ser humano e a sociedade atual.

## **2.2 O caminho metodológico: um movimento entre a teoria e a prática**

O processo de apropriação conceitual relativa à sustentabilidade e a efetivação da intervenção foi organizado em três etapas interdependentes e complementares: a) fundamentação teórica e produção de material didático sobre educação para a sustentabilidade; b) observação para diagnosticar o perfil do público alvo e reconhecimento do espaço escolar (neste caso, instituições e alunos da Educação de Jovens e Adultos -EJA); c) intervenção no contexto da sala de aula.



As etapas de observação (08 h/a) e intervenção (22h/a) foram realizadas junto aos alunos da EJA em diferentes instituições de ensino nos municípios de Itajaí, Balneário Camboriú, Ilhota, Luis Alves e Itapema (SC), nos Centros de Referência e Assistência Social (CRAS), vinculados a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Itajaí (SC), que recebe atualmente os cursos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec)<sup>7</sup>, sob a supervisão das professoras orientadoras de Estágio Supervisionado

Para fundamentar epistemologicamente a ação docente, a temática referencial foi a Educação para a sustentabilidade: conhecendo e tomando conta do ambiente em que se vive, buscou atender o artigo 1º da Lei Federal nº 9.795/99, que define a Educação Ambiental (EA) como o “processo por meio do qual o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade”.

O atributo “ambiental” na tradição da EA brasileira e latino-americana não é empregado para especificar um tipo de educação, mas se constitui em elemento estruturante que demarca um campo político de valores e práticas, mobilizando atores sociais, comprometidos com uma prática pedagógica, transformadora e emancipatória capaz de promover a ética e a cidadania ambiental. A EA é uma dimensão da educação formal que se orienta para a resolução dos problemas concretos do meio ambiente através de enfoques interdisciplinares, e de uma participação ativa e responsável de cada indivíduo e da coletividade, tendo como foco as discussões em torno das mudanças climáticas; a degradação ambiental; a redução da biodiversidade; os riscos socioambientais locais e globais, algumas das necessidades planetárias evidenciadas na prática social.

Nesse sentido a Resolução nº 2 de 15/06/2012/MEC/CNE, estabelece as DCNEA que tem (em síntese) por objetivos, sistematizar os preceitos definidos na

---

<sup>7</sup> O PRONATEC tem por principal objetivo garantir a qualificação e formação profissional para atender às demandas mais urgentes e estratégicas dos setores produtivos que surgem nas localidades em desenvolvimento. Os cursos oferecidos pelo Pronatec são gratuitos e basta aos interessados esforçar-se para atingir as metas dos cursos e obter assim a mão de obra qualificada para atender as demandas do mercado de trabalho da sua região.

citada Lei, bem como os avanços que ocorreram na área para que contribuam com a formação humana de sujeitos concretos que vivem em determinado meio ambiente, contexto histórico e sociocultural, com suas condições físicas, emocionais, intelectuais, culturais e estimular a reflexão crítica e propositiva da inserção da EA na formulação, execução e avaliação dos projetos institucionais e pedagógicos das instituições de ensino, para que a concepção de EA como integrante do currículo supere a mera distribuição do tema pelos demais componentes.

As ações essenciais compuseram a etapa de discussão e aprofundamento teórico foram: a) Contação de história da obra de FURNARI, E. *Lolo Barbané*. São Paulo: Moderna, 2001, por Prof. Fábio Aurélio Castilho da Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Balneário Camboriú (SC); b) palestra com a Pedagoga Mylene Mariane sobre os programas de apoio à comunidade vinculados a Secretaria Municipal de Desenvolvimento de Itajaí (SC), socializando conhecimentos e esclarecimentos quanto à funcionalidade de cada um desses órgãos, objetivos, localização, cursos oferecidos e como ter acesso aos serviços prestados; c) a EJA no contexto da Rede Municipal de Educação de Itajaí (SC) – diálogo com os professores Valter Cardoso e Gesiele Santos de Freitas da Silva, gestores que atuam na secretaria de educação, cujo foco foi os avanços e desafios da modalidade de EJA no município, concepção epistemológica, o perfil dos alunos e dos professores, a organização do tempo escolar e como se daria a construção do conhecimento nessa modalidade.

A trilha teórica possibilitou a organização da etapa de intervenção: a) elaboração do plano de ação; b) realização de oficinas pedagógicas com as acadêmicas em sala de aula; c) oficinas pedagógicas realizadas pelas licenciadas no contexto da EJA e do CRAs. Esta última, pode ser assim resumida: 1) Contação de história, discussão e reflexão sobre a mensagem e validação do potencial didático da obra *Lolo Barbané*. Furnari (2001) faz uso da arte para representar a sociedade atual, não só com imagens, mas também com narrativa, possibilitando, o olhar crítico dos leitores sobre eles mesmos. A leitura propicia uma reflexão sobre a eterna busca do ser humano por melhores condições de sobrevivência. Na intenção de suprir suas necessidades e ter mais qualidade de vida, a sociedade acabou

gerando consequências que, paradoxalmente, afetam sua própria qualidade de vida. Entre elas o consumismo, o desperdício e a alteração das relações de convivência;

2) Elaboração de material didático: criação do cenário para a contação de história na EJA; atividade lúdica - Jogo Ciranda de conversas<sup>8</sup>: diálogos e reflexões sobre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável – fundamentação teoria a partir dos conceitos sustentabilidade e desenvolvimento sustentável e elaboração das planilhas e fichas para o desenvolvimento do jogo.

Tais estratégias didáticas subsidiaram o planejamento diversas atividades de aprendizagem organizadas a partir da perspectiva interdisciplinar, decorrentes dos diferentes conteúdos trabalhados nos diferentes campos de intervenção. Dentre elas, cita-se: O que o meio ambiente tem a ver comigo<sup>9</sup>; Reaproveitamento de alimentos, para promover mudanças e hábitos e desperdício de alimentos; Reciclagem do lixo, com objetivo de uma coleta seletiva mostrando importância na sociedade sobre reduzir, reciclar e reaproveitar, cores das lixeiras em que deve ser descartado cada material, confecção de jogo de boliche com garrafa pet; caça-palavras; vídeos; produção textual; bingo dos números; dramatização do poema de Drummond “Eu etiqueta” com questões para interpretação: Você concorda com o autor sobre o consumismo? ; Qual é a ideia central do texto?; Que valores são criticados por Drummond?; Você concorda com a visão do autor? Qual é seu ponto de vista sobre o assunto?; análise e interpretação da obras plastificadas, “Operários” de Tarsila do Amaral e a “persistência da Memória” de Salvador Dali e outras mais.

Mesmo que de forma incipiente, foi possível perceber os alcances dos seguintes resultados: incorporação da temática sustentabilidade socioambiental no curso de Pedagogia gerando subsídios para a ambientalização curricular; intercâmbio de conhecimentos entre a universidade e a EJA visando fortalecer a formação cidadã; elaboração de material pedagógico sobre a temática sustentabilidade socioambiental.

<sup>8</sup> A estratégia **Ciranda de conversas** faz parte da obra de: ROUCO, Juan José Meré e RESENDE, Marisa Seoane Rio. **A estratégia Lúdica. Jogos didáticos para a formação de gestores de voluntariado empresarial**. São Paulo: Peirópolis, 2003. 135 p. Disponível em :

< <http://www.planningconsultoria.com/jogos-corporativos.php>>. Acesso em: 08 dez 2010.

<sup>9</sup> SPULDARO, Simony Colossi. Egressa do Curso de Ciências Biológicas UNIVALI. Estágio Supervisionado: Pesquisa da Prática Pedagógica, 2009.

### 3 Sínteses Provisórias

A articulação entre as licenciandas, as professoras orientadoras de Estágio Supervisionado do Curso de Pedagogia, os alunos da EJA e as problemáticas socioambientais foi relevante tanto pela socialização dos conhecimentos, quanto pela inserção da dimensão socioambiental no currículo formal. Espaço e tempo de diálogo entre esses saberes e as experiências dos protagonistas, tendo em vista a construção de alternativas didáticas que viabilizam uma leitura interpretativa do contexto local-global das problemáticas socioambientais contemporâneas.

Tal possibilidade pode reafirmar a discussão destas problemáticas como eixo fundamental na formação inicial de professores que atuarão na educação básica ampliando e dando significado à escola como elemento formador de sujeitos que possam fazer as melhores escolhas como um ato de vontade e não somente como um ato de obediência à lei. Essa compreensão de mundo passa forçosamente pela constituição de valores de tolerância, de generosidade, de boa convivência e respeito mútuo, de acolhimento do outro e cuidados com todas as formas de vida.

O desenvolvimento de estratégias de aprendizagem que integrem diferentes áreas de conhecimento e que propiciem a leitura da teia de relações que compõem os ambientes natural e cultural pode ser um dos caminhos para a ambientalização do currículo, via reforma do pensamento, como pressuposto básico da mudança de atitudes. Nesse sentido, a inserção da dimensão ambiental no curso de Pedagogia se configura como uma ação didática intencional que viabiliza a reflexão sobre e o enfrentamento da crise socioambiental e a superação reducionista de meio ambiente.

Destaca-se ainda que, esta inserção fomenta a socialização de informações e conhecimentos restritos até então aos cursos da área ambiental, mobilizando os futuros sujeitos da docência à construção de práticas pedagógicas rumo a um projeto de educação ambiental crítica, transformadora, emancipatória e amorosa. Um caminho educativo formal com abertura interdisciplinar, visão de mundo integrada/complexa e investimento na capacidade reflexiva do sujeito que toma a

sua experiência e a examina criticamente, conectando-a com outras experiências e reexaminando-as à luz das experiências de todos os sujeitos e à luz de teorias que fundamentam as ações humanas.

As visões de mundo integradas/complexas/sistêmicas podem servir como base para atitudes e ações, individuais e coletivas, fundamentadas em atitudes e ações que levem em consideração os aspectos históricos, prospectivos e ambientais. Como decorrência, pode-se pensar em estilos para o desenvolvimento das sociedades humanas que sejam em sua essência mais justos, includentes, não predatórios, prudentes e viáveis, resultando em uma organização humana solidária.

Não há uma fórmula pronta. A tarefa de construir um “novo jeito de caminhar” é, neste contexto, entendida como experiência de criação e fomento de “espaços e estruturas educadoras” que desafiem os (as) acadêmicos (as) e professores a superar a suas condições de limitação econômica, social, intelectual, motivando-os (as) a estruturar uma trajetória de vida que contemple a prosperidade, a felicidade, o respeito à diversidade e a todas as formas de vida, a ampliação da cidadania e a “necessidade de uma nova aliança entre os seres humanos e a natureza. O futuro ? É possibilidade ... Não pode ser previsto, mas pode ser inventado. (Paulo Freire, 1997).

Quanto às possibilidades, avanços e obstáculos vivenciados durante o percurso, sinalizamos: a) ainda há lacunas na formação do professor que atua(rá) na Educação Básica quanto à apropriação de conceitos da dimensão socioambientais em função da superficialidade de fundamentação teórico-metodológica em relação às problemáticas socioambientais; b) aos obstáculos epistemológicos e pedagógicos relacionados ao desenvolvimento do pensamento argumentativo, que tem por base o conhecimento científico e a análise crítica das informações e saberes apropriados durante o processo de formação inicial no curso de Pedagogia. Porém, destacamos o envolvimento efetivo das acadêmicas.

Foi possível perceber ainda, que tanto as acadêmicas, quanto os alunos(as) da EJA têm clareza de que a qualidade de vida é um processo em construção, que as conquistas são cotidianas e fazem parte da história individual e coletiva de todos(as) e que o desvelamento das percepções sobre a relação ser humano e

natureza e a compreensão/apropriação do conhecimento são fundamentais para a mudança de atitudes em relação às problemáticas socioambientais.

As atividades propostas/experenciadas apontam a necessidade das instituições de educação formal em trabalhar mais intensamente a cultura local sobre o uso dos recursos naturais, o não desperdício, a relação consumo e consumismo, o discurso midiático recorrente e sedutor que explora as dimensões entre o ser e o ter, as políticas públicas ambientais e a ambientalização das/nas instâncias administrativas e pedagógicas das escolas e universidade

É nesse sentido que os estágios supervisionados são espaço/tempo na arquitetura curricular para (re) desenhar novos caminhos, com certa abertura para o desconhecido e para o não determinado, “assegurando aos futuros professores, experiências de exercício profissional, em ambientes escolares e não escolares e em outros contextos educacionais, que promovam o desenvolvimento de atitudes, habilidades e conhecimento”. (REGULAMENTO DOS ESTÁGIOS, 2012, Tit. 1, art. 4º, p. 7, grifos nossos).

Inserir as temáticas socioambientais na EJA é uma rica oportunidade de fomentar a incorporação de novos comportamento e atitudes cotidianas por meio do entendimento de que as transformações das relações do ser humano com o meio ambiente estão relacionadas com a transformação da sociedade. Isso exige a construção de um projeto de vida em direção a construção de um novo *ethos* social, baseado em valores emancipatórios, democráticos, generosos e solidários. Um compromisso do Curso de Pedagogia da Univali - a formação da cidadania planetária.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, A. F. M e CANDAU, V.M.. **Currículo, conhecimento e cultura**. Brasília: MEC/SEB, 2008, p. 17-46.

BRUNEL, C. **Jovens cada vez mais jovens na Educação de jovens e Adultos**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, v., 28 abril 1999. Seção 1, p. 1.

\_\_\_\_\_. **Programa Nacional de Educação Ambiental.** MMA - Diretoria de Educação Ambiental; Ministério da Educação. Coordenação Geral de Educação Ambiental. - 3. ed. - Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005.

\_\_\_\_\_. Projeto de Lei nº 8035, de 2010, do Poder Executivo, que aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 e dá outras providências.

Disponível em:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=490116>.

Acesso em 22 de março de 2011.

CARBONELL, J. **A aventura de inovar:** mudança na escola. Porto Alegre: Artmed, 2002.

CARRANO, P. Educação de Jovens e adultos e juventude: compreender o sentido da presença dos jovens na escola. **III Fórum Goiano de EJA**, Goiânia, 30/05 a 02/06/2007.

COPELLO LEVY, M. I. Escola ambientalizada e formação de professor@s: compromissos e desafios. In: TAGLIEBER, J. E.; GUERRA, A. F. S. **Pesquisa em Educação Ambiental: Pensamentos e reflexões.** Pelotas, UFPel, 2004, p. 105 – 143.

COPELLO, LEVY, M. I. Fundamentos teóricos e metodológicos de pesquisas sobre ambientalização da escola. **Pesquisa em Educação Ambiental.** v.1, n. 1, jul./dez, 2006, p. 93-110.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1997.

GOERGEN, P. Formação Superior: entre o Mercado e a cidadania. In: PEREIRA, E.M. de A (Org.). **Universidade e Currículo: perspectivas de educação geral. N campinas: Mercado de Letras, 2010.**

MARCOMIN, F. E.; SILVA, A. D. V. da. A sustentável leveza da universidade. In: GUERRA, A. F. S.; FIGUEIREDO, M. L. **As sustentabilidades em diálogos.** Itajaí: Univali, 2010, p. 171-189.

MORIN, E. **A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento.** 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

PEREIRA, Y.C.C. e HOHMANN, C.K.D. **Currículo ambientalizado: estratégias de aprendizagem nos cursos de licenciatura da FURG como possibilidade de transformação social.** 2012. Relatório Pós doutorado - Programa de pós-graduação em educação ambiental. FURG. Rio Grande.

PEREIRA, Y. C. C. **Formação e Docência: a construção de um conhecimento integrado no Curso de Pedagogia – mobilizando saberes e enfrentando incertezas no ensino de Ciências Naturais.** 2004, 264 f. Tese doutorado em Educação. UFSC. Florianópolis.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **Globalização e interdisciplinaridade:** o currículo integrado. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SILVA, A. D. V. da; MARCOMIN, F. E. A universidade sustentável: alguns elementos para a ambientalização do ensino superior a partir da realidade brasileira. In: **Actas do I Congresso Internacional de Educación Ambiental dos Países Lusófonos e Galicia.** Santiago de Compostela : CEIDA / Universidad de Santiago de Compostela, 2007. v. único.